



# Educadores Traçam Normas Para Escolarizar Tôdas as Crianças

PORTO ALEGRE (De Nonato Machado, enviado especial de O GLOBO) — Representantes de dez entidades internacionais — União Pan-Americana, ONU, OEA, UNESCO, FISI, UNICEF, Ford Foundation, USAID, Fulbright Commission e CONESCAL — participam da II Conferência Nacional de Educação instalada ontem nesta capital, para estabelecer diretrizes visando à solução de um dos mais urgentes problemas educacionais do País, e do ensino primário. Os convencionais terão como base de seus estudos os resultados do censo escolar do Brasil, realizado em 1964, e que revelou: 34 por cento das crianças de 7 a 14 anos não freqüentam escolas; há apenas 290 mil professores de ensino primário em todo o País, e, mesmo assim, 130 mil não dispõem de preparação técnico-pedagógica.

## A Conferência

A II Conferência Nacional de Educação, instalada ontem, às 9 horas, pelo Ministro Pedro Aleixo, na Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, se estenderá até o próximo dia 30, tendo como tema o "Desenvolvimento do Ensino Primário", com dois subtemas, "Treinamento, Formação e Aperfeiçoamento de Professores" e "Construção e Equipamento de Escolas". Participam do conclave, como membros natos, os titulares das diretorias de ensino do Ministério da Educação e Cultura, os integrantes do Conselho Federal de Educação, os Secretários de

Educação dos Estados e do Distrito Federal, os presidentes dos Conselhos Estaduais de Educação, os diretores de Educação dos Territórios e os presidentes de associações de âmbito nacional de educadores e pais de famílias.

O Professor Carlos Pasquale, diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, órgão encarregado da organização da Conferência, informou que foram convidados para ela, na qualidade de observadores, o diretor de Educação da Organização dos Estados Americanos, Sr. Francisco Cesperes, representantes das entidades internacionais que exercem no Brasil atividades de assistência

técnica ou financiamento à educação (UNESCO, União Pan-Americana, ONU, UNICEF, FISI, Ford Foundation, USAID, Fulbright, Comissão e CONESCAL) e representantes do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, da SUDENE e do SESI.

Acrescentou que, com os resultados do conclave, se abrirão às autoridades federais e estaduais condições melhores para executar os seus projetos no âmbito do ensino primário e atingir as metas do Plano Nacional de Educação, que prevê, até 1970, a escolarização de tôdas as crianças em idade escolar (de 7 a 14 anos) no País, a formação de 240 mil novos professores, a capacitação de 130 mil professores leigos e a construção e equipamento de quase 150 mil salas de aula. O depoimento que cada Estado, através dos seus Secretário e Conselho Estadual de Educação, levará à Conferência, permitirá uma visão atual, global e realista do problema do ensino primário no Brasil, inclusive com os aspectos particulares de cada unidade federativa, para realizar-se melhor a política nacional de educação.

# Ministro P. Aleixo: Democratização do Ensino Primário é Meta do Governo

BRASÍLIA, 25 (C.P.) — Por força do disposto no decreto 54.999, o ministro Pedro Aleixo assumirá a presidência da Conferência Nacional de Educação em Porto Alegre, declarando inaugurados os trabalhos da sua 2.a Reunião. Na oportunidade, fará o seguinte pronunciamento:

"O Governo Federal, oriundo do movimento de 31 de março de 1964, considerou que as questões relativas à coordenação de planos de educação deviam ser objeto de estudos especiais e submetidos atualmente aos mais ilustres membros e representantes de órgãos técnicos para que as conclusões aprovadas viessem a constituir recomendações orientadoras de educação a ser feita. Para isso, o decreto citado instituiu a Conferência Nacional de Educação, cuja primeira reunião, em Brasília, foi um dos pontos altos das solenidades comemorativas do aniversário da eclosão e da vitória do movimento de 31 de março de 1964.

A importância da instituição foi devidamente encarecida pelo senhor presidente da República, o marechal Castelo Branco, no discurso de abertura dos trabalhos, ocasião na qual Sua Excelência assinalou ser o primeiro dever de uma verdadeira democracia a universalização da educação primária. No reconhecimento e na proclamação de tal dever nós, democratas brasileiros, simultaneamente temos que publicamente confessar nossa imperdoável omissão no passado por verificarmos que nosso atraso — no setor da educação — nos situa entre os mais retardados das nações americanas.

Mas também queremos seja entendido que a vexatória confissão é feita para penitência de tão grave erro e como manifestação de firme propósito de emenda no comportamento e de compromissos com a realização da imensa tarefa que diante de nossos olhos temos.

Havemos de, ajudados por Deus, realizar a parte que aos nossos antecessores cabia realizar e que eles nos impuseram como encargo pesado para aceitação e recebimento de legado irrenunciável; e havemos de realizar a parte que nos compete, para que não venhamos a merecer da geração futura a censura que temos o direito de fazer à geração preterita.

Na reunião de 1965, defrontaram os conferencistas com o problema de entendimentos, de compreensão de planos diversos, um nacional, estaduais os outros, todos fundados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cuja elaboração se processará por três lustros e cuja execução vinha sendo objeto de tentativas e de experiências ainda não definitivamente aprovadas como as mais acertadas. Natural foi, portanto, que o tema a ser lançado consistisse no estudo da coordenação de recursos e de medidas para o desenvolvimento da educação nacional e tivesse, como subtema, o plano nacional e os planos estaduais de educação e, como outro sistema, normas para elaboração, articulação, execução e avaliação dos planos de educação.

Aprovado o projeto de recomendação, acredito que entre

as razões do interesse que esta reunião vem despertando em primeira linha, se conta a de se tomar conhecimento do resultado da atenção dispensada às mencionadas recomendações, bem como dos efeitos já alcançados até mesmo, se for o caso, da impraticabilidade de alguma ou algumas das medidas recomendadas.

Maior ainda é o interesse despertado quando se sabe que o tema escolhido para os trabalhos ora iniciados é o desenvolvimento do ensino primário. Salientado foi que o ensino primário, "pelas suas graves deficiências quantitativas e qualitativas, constitui certamente o problema dos problemas da educação brasileira".

A amplitude do tema poderia vir a impossibilitar investigações e estudos objetivos e práticos e poderiam fazer que os esforços se perdessem, esgarçados os rumos em virtude da complexidade da matéria ou da sutileza das soluções propostas. Por isso, muito sabiamente, o terreno está demarcado pelos subtemas — treinamento, formação e aperfeiçoamento de professores de um lado e, de outro, a construção e equipamento de escolas.

## METAS A SEREM ALCANÇADAS

Nenhum destes sistemas pode representar novidade para os técnicos e especialistas que estão convocados a debatê-los. Em 1962, o Conselho Federal de Educação aprovou plano do qual fez constar as metas quantitativas e qualitativas que deveriam ser alcançadas até 1970.

Quanto ao professorado primário, foi estabelecido que vinte por cento deveriam ser diplomadas como regentes, sessenta por cento deveriam ter cursos normais e vinte por cento deveriam haver cursado escola de nível pós-colegial. Como em 1970 estariam dedicados ao ensino primário mais de 500 mil professores, as porcentagens acima indicadas exprimem cem mil professores com cursos de regentes, trezentos mil com cursos normais e cem mil com cursos de nível posterior ao colegial.

Sabido que atualmente o ensino primário é ministrado por 289.865 regentes de classe, dos quais 127.879 não têm habilitação adequada, sendo que destes apenas a quarta parte tem estudos de nível médio, enquanto as três quartas partes restantes têm, no máximo, o curso primário completo, forçoso é concluir que para atingir a meta almejada precisamos formar cerca de 220 mil professores e ainda completar de 130 mil leigos ou substituir

## Limites Com o Paraguai

BRASÍLIA, 25 (C. P.) — O embaixador Guimarães Rosa, chefe do Serviço de Fronteiras do Itamarati, comparecerá quarta-feira perante a Comissão de Relações Exteriores da Câmara para falar sobre a questão de limites entre o Brasil e o Paraguai.

estes por professores convenientemente habilitados.

É necessário que sejam indicadas as medidas que deverão e, sobretudo, que poderão ser tomadas para que se consiga a reclamada elevação do número de professores e a melhoria das condições de preparo dos existentes e a formação de professores devidamente habilitados. Com o objetivo de alcançar os índices apontados, aconselhado já está que se assegure aos professores leigos remuneração estimada em quantia correspondente ao salário-mínimo e aos regentes, aos normalistas, aos denominados supervisores ou mestres de quinta e sexta séries, respectivamente cento e vinte e cinco, cento e cinquenta e duzentos por cento daquele salário.

Outrossim, reputa-se conveniente que se criem dois centros de educação em cada Estado ou território para treinamento e aperfeiçoamento do professorado, ao qual será ministrado ensino em aprendizagens ou em cursos intensivos de 1, 2 e até 3 anos. Quanto às salas de aulas, está divulgado que precisamos ter, em 1970, 320 mil devidamente equipadas, sendo que para atingir tão elevado número cumpre que construamos e aperfeiçoemos cerca de cento e cinquenta mil das quais neste ano de 1966 deveremos aparelhar e construir pelo menos vinte mil.

São conhecidas as metas quantitativas e indicadas as metas qualitativas do que nos cumpre fazer. Mas para fazê-lo não basta que estejamos a alinhar recomendações sem indicação de recursos, dos meios e instrumentos para atingir cada uma das metas. É indispensável que cada qual de nós tome seriamente sobre seus ombros a carga que pode suportar e, somados às capacidades de todos, analisemos lisamente, até onde poderemos chegar. Principalmente não podemos nos deter em face duma realidade já agora conhecida, com o mero anúncio de remédios extraídos de uma terapêutica para nós inacessível e cuja simples aprendizagem tem custado vultosas verbas em vários exercícios.

Certo estou de que fecundos serão os vossos trabalhos, de que a 2.a Reunião da Conferência Nacional de Educação vai justificar, perante o povo, a confiança que todos pomos nos órgãos técnicos do Ministério e das Secretarias dos Estados incumbidos do estudo e da solução dos problemas educacionais. Louvores já entoamos aos que escolherem para tema desta reunião o desenvolvimento do ensino primário. Também louvada seja a escolha da cidade de Porto Alegre para local da 2.a Reunião da Conferência Nacional de Educação.

Aqui, no coração da província que é o extremo meridional da pátria, melhor sentimos que a franqueza e a galhardia, ostentadas pelos gaúchos, são atributos de que todos os brasileiros se orgulham. Vossas deliberações, eminentes membros da Conferência Nacional de Educação, sobre matéria tão vinculada aos destinos do Brasil, não de ser tomadas, conforme as tradições desta terra e segundo o gosto de sua gente com galhardia e com franqueza".

# INICIA-SE AMANHÃ EM PÔRTO ALEGRE A CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O desenvolvimento do ensino primário, a formação do magistério a êle destinado e a melhoria técnico-profissional do pessoal docente já em exercício, são as bases do temário oficial da II Conferência Nacional de Educação, que se instala amanhã em Pôrto Alegre, sob a presidência do Ministro Pedro Aleixo. A êsse certame comparecerão técnicos de todos os Estados, além dos seus secretários de Educação e Cultura e de observadores especiais de várias agências técnicas das Nações Unidas, inclusive uma delegação de especialistas da UNESCO, do Fundo Internacional de Socorro à Infância, da Aliança para o Progresso (USAID), da Fundação Ford e

de outras entidades continentais.

## Erradicação do Analfabetismo

Tôda a parte técnico-administrativa do certame ficará a cargo do Instituto de Estudos Pedagógicos — INEP, do MEC. Para tanto, partiu ontem para a capital gaúcha o diretor dessa entidade, Professor Carlos Pasquale. Desde domingo está em funcionamento o núcleo inicial da secretaria do conclave, ordenando todo o processo de ação e cuidando de garantir acomodação para os participantes que serão cento e cinqüenta, entre técnicos brasileiros e estrangeiros. Do Rio, partiram o Professor Péricles Madureira de Pinho, membro do Conselho Federal de Educação, e o Pro-

fessor Gildásio Amado, diretor do Ensino Secundário do MEC. O Ministro Pedro Aleixo partiu ontem.

A II Conferência Nacional de Educação terá como objetivo fundamental a erradicação do analfabetismo no País. Dados estatísticos do I Censo Escolar Nacional indicam que para escolarizar tôda a nossa população entre sete e quatorze anos será necessária a construção de, no mínimo, 150 mil novas salas de aulas e a formação técnico-profissional de 240 mil novos professores primários, além da capacitação e treinamento dos atuais 130 mil professores primários leigos em ação na nossa rede de ensino alimentar. A reunião durará quatro dias e seu término está indicado para o próximo dia 30. Na sessão inaugural, o Ministro Pedro Aleixo fará uma análise da situação educacional brasileira.



## ENCERRADA CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Com a escolha da cidade de Salvador para a sede do próximo encontro, bem como de seu tema — “Extensão da Escolaridade”, foram encerrados ontem pela manhã os trabalhos da II Conferência Nacional de Educação, iniciativa do Ministério de Educação e Cultura, através do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. A Conferência de Pôrto Alegre, que reuniu altas autoridades educacionais de todo o país, debateu durante todo o

tempo questões referentes ao “Desenvolvimento do ensino primário”, tendo aprovado um total de 50 recomendações, referentes ao treinamento, formação e aperfeiçoamento de professores e ainda construção e equipamento de escolas. Na foto, flagrante da mesa que dirigiu os trabalhos finais da II Conferência, vendo-se ao centro o prof. Abgar Renault, vice-presidente do CFE, ladeado pelo prof. Carlos Pasquale, diretor do INEP, e sr. Lauro Leitão, Secretário de Educação do Rio Grande do Sul

Revista do globo  
junho 66.

P. Alegre  
R. G. J.

Autoridades educacionais opinam sôbre  
**PROBLEMÁS**

# DE EDUCAÇÃO

Reportagem de VERA FERREIRA

Fotos de OCTACÍLIO DIAS



"Desenvolvimento do Ensino Primário" foi o tema da II Conferência Nacional de Educação, realizada recentemente em Pôrto Alegre.

Crianças sem escolas qualitativa e quantitativamente, eis a grande problemática do ensino primário no Brasil.



**A** problemática educacional de um país em desenvolvimento, exige constantes reformulações para atender às necessidades sempre novas e crescentes de uma realidade dessa natureza. É o que está se verificando em nosso País.

Procurando, portanto, atender a essas novas e crescentes necessidades educacionais, foi elaborado, pelo Conselho Federal de Educação, em 1962, um Plano Nacional de Educação. De acordo com esse plano, a matrícula do ensino primário, em 1970, deverá atingir a 13,5 milhões de crianças de 7 a 11 anos e 4,5 milhões de crianças de 12 a 14 anos.

Uma rede de ensino dessas proporções deverá compreender mais de 320 mil salas de aula, o que significa construir e aperfeiçoar cerca de 150 mil, das quais pelo menos 20 mil neste ano. Há necessidade de formar cerca de 220 mil professores, capacitar 130 mil leigos ou substituir esses por professores con-

venientemente habilitados. Logo, podemos concluir que a nossa realidade educacional oferece muitas perspectivas e muito há ainda a fazer. É necessário que sejam indicadas as medidas que deverão e poderão ser tomadas para atingirmos as metas previstas. Com esse propósito são instaladas as Conferências Nacionais de Educação, destinadas a reunir as mais altas autoridades com atribuições executivas e normativas nos sistemas federal e estaduais de ensino, para tomada de consciência dos problemas de responsabilidade comum e formulação da estratégia adequada.

Por ocasião das atividades da II Conferência Nacional de Educação, realizada recentemente em Porto Alegre, a reportagem da RG teve oportunidade de ouvir várias pessoas, diretamente vinculadas aos problemas educacionais do país, externarem, com exclusividade a este órgão de imprensa, seus pontos de vista sobre diversos aspectos ligados à educação.

# SÓ O CONHECIMENTO OBJETIVO E PRECISO DE NOSSA REALIDADE PODE, SATISFATÓRIAMENTE, DAR EMBASAMENTO AOS PLANOS DE EDUCAÇÃO.

**PEDRO ALEIXO:**  
Ministro de  
Educação  
e Cultura



**P — O que poderia dizer sobre o panorama da educação nacional?**

**R —** Estamos procurando executar as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

**P — E a II Conferência Nacional de Educação?**

**R —** Estou bastante entusiasmado com o vivo interesse demonstrado pelos participantes e pela seriedade com que encararam e conduziram os trabalhos. Considero importantíssimas, também, as recomendações finais desses encontros, especialmente no que diz respeito ao ensino primário, que "pelas suas graves deficiências, quantitativas e qualitativas, constitui certamente o problema dos problemas da educação brasileira".

**P — Em seu pronunciamento por ocasião da abertura do ano letivo, na Universidade Federal de Santa Maria, o Presidente da República, Mar. Castelo Branco, referiu-se ao ensino secundário como um dos pontos de estrangulamento do ensino no Brasil. O que nos poderia dizer a esse respeito?**

**R —** Realmente, o problema do ensino secundário no Brasil é algo muito complexo. Ele deve se adaptar às peculiaridades de cada região. O que devemos fazer é pesquisar as causas da não correspondência do ensino secundário ao que desejamos dele e tentar removê-las. Uma vez suprimidas as causas, desaparecerão os efeitos.

**P — Para a reportagem da RG foi motivo de satisfação entrevistar V. Exa., uma vez que recentemente, na Guanabara, recebeu de suas mãos o certificado de conclusão do I Curso de TV Educativa. Portanto justifica-se a pergunta: O que pensa da Televisão Educativa como instrumento de ensino?**

**R —** Como especialista em TV Educativa, a senhora sabe muito bem o poder do instrumento nas mãos do professor. Sou plenamente favorável à expansão da TV Educativa pelo que ela representa em economia de tempo e pessoal, pela qualidade do ensino ministrado, e principalmente pela oportunidade ímpar que oferece a grande número de pessoas de concluírem Cursos que de outra forma não poderiam fazê-lo. A TV Educativa é um instrumento que deve ser muito bem aproveitado.

**CARLOS PASQUALE:**  
Diretor do  
Instituto  
Nacional de  
Estudos  
Pedagógicos



**P — Gostaríamos que nos dissesse algo sobre a problemática do ensino no Brasil.**

**R —** O problema do ensino no Brasil assume dimensões cósmicas, necessitando de ampla colaboração de todos. A imprensa, principalmente, tem papel importantíssimo, informando honestamente e dando cobertura a acontecimentos que mereçam divulgação, num trabalho sério, como o que estou observando aqui no Rio Grande do Sul.

Estamos atravessando um período de dificuldades em todos os graus de ensino, especialmente no ensino primário. São crianças sem escolas, qualitativa e quantitativamente. Só um esforço de conjunto poderá resolver este problema.

**P — As Conferências Nacionais de Educação, cuja promoção o senhor é o responsável, bem como a instituição do salário-educação são esforços de sua parte no sentido de solucionar esses problemas?**

**R —** A I Conferência, reunida em Brasília, em março do ano passado, representou uma tomada de posição das autoridades federais e estaduais em favor do planejamento da educação, no seu conhecimento da realidade e de criação de instrumentos adequados a modificá-la.

Ao instalar essa I Conferência, o Presidente da República acentuando os impressionantes índices de nossas deficiências em todos os graus, ramos e formas de ensino, salientou que as do ensino primário são as mais sérias e graves. Disse, ainda, que o primeiro dever de uma autêntica democracia é a universalização do ensino primário, considerada como fator de desenvolvimento e instrumento de consolidação das instituições. Daí a razão da escolha do tema para a II Conferência, realizada aqui em P. Alegre, recair sobre "Desenvolvimento do Ensino Primário".

A política educacional do Governo Revolucionário visa expandir a educação fundamental e aumentar as oportunidades de acesso ao ensino médio e superior. A escolarização de crianças e a alfabetização funcional de adultos são meios de incorporar todos os indivíduos aos progressos da civilização. A II Conferência Nacional de Educação assume importância fundamental para nossa política educacional, pois as altas autoridades presentes, em contato com os aspectos mais dramáticos da situação do ensino elementar em nosso País, tentarão planejar soluções adequadas.

Quanto ao salário-educação foi instituído procurando aumentar os recursos disponíveis, insuficientes para cobrir as metas do Plano Nacional de Educação, assegurando a participação de todas as empresas no financiamento do ensino primário dos filhos de seus empregados em idade de escolarização obrigatória. O salário-educação proporciona, de imediato, recursos para o financiamento da educação de 1,5 milhões de crianças de 7 a 11 anos.

A instituição do salário-educação — como forma de financiamento do ensino primário — e a realização do recenseamento escolar — como base segura e objetiva para o planejamento da educação — são duas providências destinadas a acelerar a efetivação da obrigatoriedade do ensino primário, como prevê a Constituição.

**P — A propósito do Censo Escolar, realizado atendendo a uma sugestão sua, e sobre o I Anuário de Educação, gostaria de se pronunciar?**

**R —** O Anuário de Educação encontra-se em fase de feita. O Censo Escolar, do qual aparece já o primeiro volume, tem a finalidade de retratar a situação escolar do Brasil, criando condições para um planejamento seguro de expansão da rede escolar e de implantação de uma nova política de educação, de acordo com a realidade e as aspirações nacionais, capaz de valorizar efetivamente o Homem.

**ALDA CARDOZO  
KREMER:**  
**Técnico  
em Educação —  
Diretora do  
Centro de  
Pesquisas  
e Orientação  
Educaionais da  
SEC do RGS.**



**P — D. Alda, gostaríamos de ouvir a sua opinião abalizada sobre o que foi e o que representa para a educação, em nossa realidade brasileira, a II Conferência Nacional de Educação.**

**R —** A II Conferência Nacional de Educação, realizada em Porto Alegre, em nosso entender, confirmou expectativas, correspondendo aos propósitos da lei que a instituiu, e assinalou, no desenvolvimento histórico da Educação Brasileira, etapa de alta significação.

Parece-nos que o estudo e debate, em linha articulada de prioridades, da problemática educacional em nosso País, deva se processar com base em estudos e pesquisas sistemáticas, a cargo dos órgãos técnicos da administração do ensino, nos âmbitos federal e estadual e, por outra parte, vincular e comprometer na tomada de resoluções as autoridades executivas — no caso, os Secretários de Educação — e os Conselhos de Educação do País. O momento brasileiro exige de uma Conferência Nacional de Educação, mais do que difusão de teorias e conceitos pedagógicos. Só o conhecimento objetivo e preciso de nossa realidade, alcançado pela pesquisa e pelos levantamentos técnicos, pode, satisfatoriamente, dar embasamento aos planos de educação.

Em as conclusões e recomendações da II Conferência Nacional de Educação ressaltam dois pontos: a preocupação de ajustar, selecionar ou mesmo criar soluções para a nossa realidade e firmar uma linha de continuidade nos planejamentos e na execução.

Objetividade e adequação, flexibilidade e renovação, são notas que devem marcar a formulação de planos e sua execução no campo educacional brasileiro. Cada unidade da federação apresenta-se com status característicos, assim como, neste decênio, após a implantação da Lei n.º 4021, de 21/12/61, novas perspectivas, mais amplas e diferenciadas, se oferecem à execução dos processos educacionais, seja na área pedagógica, seja na organização geral e administrativa do ensino.

Nossa experiência no setor de pesquisa e orientação do ensino em todos os níveis, da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, permitiu-nos acompanhar, com entusiasmo, a linha que a II Conferência Nacional de Educação buscou imprimir nos trabalhos e recomendações.

Citaremos, pelo alto significado e ressonância social, os pontos seguintes: assistência e aperfeiçoamento do magistério primário, segundo planejamento sistemático, intensivo e preventivo; ampliação da rede de prédios escolares, em condições condizentes com o trabalho da escola primária.

Esperamos que o Rio Grande do Sul, com sua experiência em classes de 6.º ano, que o situa em posição singular no quadro brasileiro, possa contribuir na elaboração dos documentos previstos para a III Conferência Nacional de Educação.

Temos, ainda, em expectativa promissora para o Estado, já delineado, projeto de criar um centro de habilitação ou treinamento para o professor primário não titulado, especialmente da área municipal.

**ACHIM SCHRADER — Serviço de Contatos para  
Pesquisa na A. Latina.**

**P — Sr. Schrader, soubemos que está realizando um trabalho, aqui no Rio Grande do Sul, sobre uma nova disciplina: Economia Educacional. Em que consiste essa atividade?**

**R —** Um convênio entre a Universidade do Rio Grande do Sul e a Universidade de Münster, Alemanha, possibilitou minha vinda a este Estado, a fim de efetuar, no meio rural, uma pesquisa junto aos pais com filhos em idade escolar.

Nosso objetivo é a estruturação de uma nova disciplina — Economia Educacional — que encara a edu-

cação como investimento. Vista sob este prisma, devemos considerar os aspectos “oferta” e “procura”. Daí a razão deste levantamento no Interior do Estado, em zonas próximas a quinze municípios, para auscultar dos pais a “oferta” e a “procura” (crianças x escola) no campo da educação.

**P — Em que fase se encontra esse trabalho?**

**R —** Na fase preparatória, pois estou aqui há apenas dois meses e há uma série de detalhes a acertar, antes de iniciar essa atividade que se refere ao ensino primário.

**PIERRE VAAST — Técnico da UNESCO**

**P — Qual a sua opinião sobre a realização das Conferências Nacionais de Educação, e, em especial, essa realizada recentemente em P. Alegre?**

**R —** Considero muito importante a efetivação de realizações dessa natureza, principalmente essa que observamos aqui em Porto Alegre, devido aos temas abordados: Ensino Primário, Treinamento de Professores e Equipamento de Escolas, temas esses conhecidos por mim de longa data.

**P — Entre as inúmeras dificuldades que enfrenta o nosso ensino primário, poderia citar uma que considera das mais importantes?**

**R —** O índice de mais de 45% de professores não titulados.

**P — O que tem feito a UNESCO, no Brasil, no sentido de auxiliar na solução desse grave problema?**

**R —** A UNESCO tem colaborado com o Departamento Nacional de Educação e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos através dos Centros de Treinamento do Magistério. Há necessidade de treinar esses professores leigos. Para solucionar isso estão sendo realizados: a) cursos de férias promovidos pelo DNE; b) cursos de duração mais longa, nos Centros de Treinamento do INEP; c) aproveitamento de professores supervisores. Cada supervisor toma a seu encargo a orientação de dez professores leigos.

**P — Que outras medidas apontaria para a elevação do nível do ensino primário?**

**R —** Oportunizar o aperfeiçoamento de professores das Escolas Normais através de Cursos de Aperfeiçoamento (já foram realizados no Espírito Santo, Paraná e Minas Gerais). Promover a atuação das Escolas Normais, através de programas atualizados, formando bons professores primários. Criar escolas, construir prédios.

**P — Acredita que há perspectivas imediatas de consecussão desses objetivos?**

**R —** Não. Esse é um objetivo a longo prazo. Mas com uma união de esforços é possível antecipar esse prazo.

**PIERRE FURTER — Técnico da UNESCO**

**P — O ensino oferece uma infinidade de temas interessantíssimos para se comentar. Que aspecto gostaria de falar à reportagem?**

**R —** A escolha é realmente difícil. Abordarei o Plano CROSE.

**P — Que vem a ser o Plano CROSE?**

**R —** Uma nova forma de colaboração que a UNESCO empresta ao INEP. CROSE significa “Colóquios Regionais e Organização dos Sistemas de Ensino”. Nesses Colóquios, que se efetivarão em outros Estados, fora da Guanabara, reunir-se-ão pessoas ligadas aos problemas educacionais para debater a necessidade de organizar os Sistemas de Ensino adaptados às necessidades regionais e posterior execução das recomendações e conclusões. Esses Colóquios serão coordenados pelo INEP.

**P — Já há data prevista para a realização destes Colóquios?**

**R —** Ainda não. Esperamos que seja o mais breve possível. Cremos que a organização já está sendo providenciada pelo INEP.

DE CABEÇA EM CABEÇA CORRE A FAMA  
DOS PRODUTOS DE BELEZA  
**Pindorama.**

PETRÓLEO QUINADO  
PINDORAMA

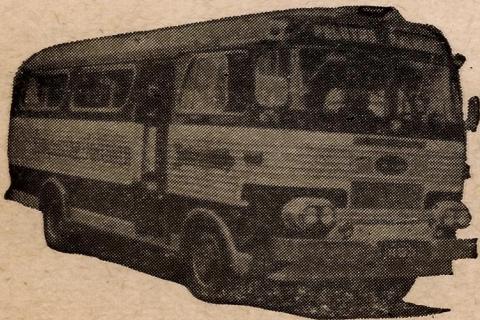
LOÇÃO  
PINDORAMA

LOÇÃO PINDORAMA, suavemente perfumada, devolve aos cabelos brancos a cor natural.

PETRÓLEO QUINADO PINDORAMA evita a queda e embranquecimento precoce dos cabelos.

**PRODUTOS DA MAIS ALTA CONFIANÇA**  
PRODUTOS PINDORAMA - PERFUMAGIAS S.A. Ed. Própria RUA ANHA NERY, 1944 - RIO

**PELOTAS**  
**AUTO EXPRESSO PELOTENSE LTDA.**  
**PELOTAS**



A ÚNICA EMPRESA DE LIMOUSINES  
"SUPER-PULLMAN" DE LUXO

com viagens diretas entre as duas principais cidades do Estado — Pôrto Alegre e Pelotas — com dez horários diários, sendo saídas de Pôrto Alegre às 5, 6,15, 8, 9,45, 12,15, 15, 17 e 20 hs. e de Pelotas às 5, 6,15, 8, 9,45, 12,15, 15, 17 e 20 hs.

MAIS  
INFORMAÇÕES

nas Estações Rodoviárias, na Empresa à rua Santos Dumont, 409, telefone 5588, Pelotas, ou na garagem em Pôrto Alegre à rua Almirante Barroso, 102.

Clarim

## A II CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONFIRMOU EXPECTATIVAS.



**JOSÉ CELSO CLÁUDIO:**  
Secretário de Educação do Espírito Santo

P — Prof. Cláudio, além das dificuldades comuns que enfrenta o ensino em todos os Estados, há alguma outra, na Secretaria de Educação do Espírito Santo, que vem lhe preocupando?

R — Sim: a precariedade de recursos financeiros. Nosso principal produto, no Espírito Santo, é o café, cuja situação não é das melhores. E como todos nós sabemos, o problema econômico está diretamente vinculado à educação. A União auxilia, principalmente na construção de prédios e formação do magistério (supervisores). Mas isso não é tudo. Muito há ainda a fazer. O Governo do Estado, por outro lado, tem-se empenhado bastante para auxiliar na solução deste grave problema.

P — Como acha que poderá vencer esta dificuldade?

R — Enfrentei uma série de outras dificuldades ao assumir, há apenas um mês e meio, a pasta da Educação. Mas com a participação ativa de todos — que é um dos meus principais objetivos — pretendo encaminhar para uma solução favorável, este problema. Já fui professor primário, diretor de Grupos Escolares, inspetor de ensino, diretor de todas as divisões da Secretaria de Educação, Secretário de Educação no período de 1948 a 1950, e tentarei, com a dupla vivência de educador e advogado, efetivar os objetivos educacionais de meu Estado.

P — Qual a sua opinião sobre a II Conferência Nacional de Educação, recentemente realizada nesta Capital?

R — A II Conferência Nacional de Educação, realizada nesta linda Pôrto Alegre, cidade aberta e acolhedora, bem como seu povo, foi muito proveitosa para nós, Secretários de Educação, que enfrentamos uma série de dificuldades que devem ser solucionadas com a nossa colaboração. Os temas foram muito bem trabalhados, exigindo a participação de todos os membros (eu, pessoalmente, não me afastei um segundo sequer, participando ativamente), resultando em recomendações sérias e bem pensadas, tanto no que se refere à formação do professorado, como ao aparelhamento de prédios escolares. A Conferência, promovida pelo INEP, foi muito bem planejada. Atendeu integralmente às exigências.

P — E quanto às recomendações finais, considera-as passíveis de efetivação imediata?

R — Atualmente a Secretaria de Educação, nas condições em que se encontra, não está preparada para pôr em prática essas recomendações. Porém, com uma reforma completa — que é um dos aspectos prioritários do meu plano de ação — ela estará capacitada a efetivar esse trabalho, para, cada vez mais, elevar o nível educacional de meu Estado.

# Mais Altas Autoridades Educacionais do País Desde Hoje em Pôrto Alegre

Com a presença das mais altas autoridades educacionais do país, será aberta hoje pela manhã, às 9 horas, no salão do 2.º andar da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a II Conferência Nacional de Educação. A abertura do importante conclave será presidida pelo ministro da Educação e Cultura, sr. Pedro Aleixo, que fará, por oportunidade, um importante pronunciamento (v. nossa primeira página). A chegada do titular do MEC estava marcada para às 21 horas de ontem, sendo depois adiada por algumas horas. Sua chegada estava sendo prevista a qualquer momento, quando encerrávamos o expediente de nossa edição de hoje.

Para participarem da Conferência estão chegando a Pôrto Alegre, desde domingo, diversos secretários de Educação, membros do Conselho Federal e dos Conselhos Estaduais de Educação, além de altos funcionários do MEC. Entre outros, já encontram-se em Pôrto Alegre o diretor do Ensino Secundário, prof. Gildásio Amado, o diretor do Instituto Na-

cional de Estudos Pedagógicos (INEP), prof. Carlos Pasquale e o diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), prof. Péricles Madureira de Pinho.

## PARTICIPANTES

Presidida pelo titular do MEC, participam, de direito, da Conferência Nacional de Educação, os membros do Conselho Federal de Educação, os diretores-gerais dos Departamentos, os diretores das Diretorias de Ensino e do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação, os secretários de Educação e Cultura dos Estados e do Distrito Federal, um representante de cada Conselho Estadual de Educação e um representante de cada Território Federal, o presidente da Associação Brasileira de Educação, o presidente da Federação Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, o presidente da Federação Nacional dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino e o presidente da União Nacional das Associações Familiares.

Como observadores, participam da II Conferência das seguintes entidades internacionais: UNESCO, União Pan-Americana, Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI), Aliança para o Progresso (USAID), Fundação Ford, OEA, UNICEF, Fulbright Commission e CONESCAL, representantes do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, SUDENE e SESI assistirão igualmente os trabalhos do conclave.

## ENSINO PRIMÁRIO

Os trabalhos da Conferência irão estender-se até o próximo dia 30, sábado, sendo que o tema específico dos debates será o "Desenvolvimento do Ensino Primário", dividido em dois subtemas, "Treinamento, formação e aperfeiçoamento de professores" e "Construção e equipamento de escolas".

Como base para seus estudos e deliberações, os participantes da Conferência terão os dados do Censo Escolar, realizado em 1964, e que revelou que 34% das crianças de 7 a 14 anos não

frequentam escolas; dos 290.000 professores de ensino primário, 130.000 não dispõem de preparação técnico-pedagógica e muitos não possuem sequer conhecimentos gerais indispensáveis, tendo, apenas, cursado, total ou parcialmente, o ensino primário.

Por outro lado, as autoridades educacionais terão em vista que o Plano Nacional de Educação, prev., até 1970, a escolarização de toda população em idade escolar, o que, segundo os cálculos já efetuados, exige a formação de 740.000 novos professores, a capacitação de 130.000 professores leigos e a construção e equipamento de quase 150.000 salas de aula.

O depoimento que cada Estado, através de seus Secretário e Conselho Estadual de Educação, apresentar à Conferência, deve permitir uma visão atual, global e realista do problema do ensino primário no Brasil, inclusive com os aspectos particulares de cada unidade federativa, para realizar-se com mais eficiência a política nacional de educação.

## MINISTRO EM RÍSPIDO DEBATE COM ESTUDANTES

# Iniciados Ontem os Trabalhos da Conferência Nacional de Educação

Foi instalada solenemente, ontem pela manhã, no salão de festas (2.º andar da Reitoria) da Universidade do Rio Grande do Sul, a II Conferência Nacional de Educação. O ato de abertura foi presidido pelo ministro da Educação e Cultura, sr. Pedro Aleixo, que chegou a Pôrto Alegre pelas 4 horas da madrugada tendo a ele comparecido, além das altas autoridades educacionais, que participam da Conferência, o governador Ildo Meneghetti, vários Secretários de Estado, o prefeito municipal, representantes do III Exército, V Zona Aérea e Delegacia da Capitania dos Portos, reitores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Pontifícia Universidade Católica, professores e estudantes.

Abrindo os trabalhos da Conferência, o ministro Pedro Aleixo fez uso da palavra, proferindo o discurso que, na íntegra, antecipamos em nossa edição de ontem e no qual, notadamente, fez ver a necessidade de formar até 1970, a 220 mil professores e ainda 130 mil leigos ou substituir estes por professores convenientemente habilitados. Tocou o titular do MEC na questão da remuneração do magistério, falando igualmente no seu melhor preparo e aperfeiçoamento. No que diz respeito a salas de aulas observou que são precisas, até 1970, 320 mil, devidamente equipadas.

## DISCURSO DO GOVERNADOR

Logo após o ministro, discursou o governador do Estado, que depois de saudar as autoridades educacionais presentes à Conferência, fez uma análise do ensino primário no Rio Grande do Sul. Informou que a carreira do magistério, agora instituída administrativamente por níveis de cultura e formação profissional do professor, coloca este em posição de destaque na sociedade rio-grandense. Adiantou também que em 1967 — se os recursos orçamentários o permitirem — pelo menos 6.500 professores serão regulares e democraticamente admitidos, o que beneficiará, no mínimo, a mais 160 mil crianças em idade escolar, considerando-se o índice médio verificado no RGS, que é de um professor para 25 alunos. (Íntegra do discurso do governador do Estado à página 9).

Os trabalhos da sessão foram, a seguir, encerrados pelo ministro Pedro Aleixo.

## COMISSÕES

Após a solenidade — da qual participou o Orfeão do Instituto de Educação Gen. Flóres da Cunha — realizou-se a 1.ª sessão plenária para eleger os componentes da mesa e das comissões.

Para a mesa diretora da Conferência, foram eleitos os seguintes membros: presidente, ministro Pedro Aleixo; vices, Aogar Renault, do Conselho Federal de Educação; Lauro Leitão, secretário de Educação

do Rio Grande do Sul; padre José Carlos Nunes, do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul; secretário geral da Conferência, prof. Carlos Pasquale, presidente do INEP.

As Comissões ficaram assim constituídas: 1.ª. Comissão: Celso Kelly, do Departamento Nacional de Educação; padre José Vasconcelos, do Conselho Federal de Educação; Leonidas Sobrinho Pôrto, do Conselho Estadual de Educação da Guanabara; Armando Hillebrand, diretor do Ensino Industrial do MEC; Aci de Barros Pereira, secretário de Educação do Paraná; Lauro Rego Barros, secretário de Educação do Paraná; e Gilberto Osório, do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco. 2.ª. Comissão: Carlos Pasquale, do INEP; Péricles Madureira de Pinho, do Conselho Federal de Educação; Paulo Pfeil, secretário de Educação do Estado do Rio; padre Belchior Maia de Ataíde, Conselho Estadual da Bahia.

A 1.ª Comissão tratará do 1.º subtema referente à preparação, treinamento e aperfeiçoamento do Magistério Primário e 2.º subtema sobre construções e equipamentos de escolas.

A segunda comissão estabelecerá o temário e a sede da III Conferência Nacional de Educação.

No dia de ontem continuaram chegando a Pôrto Alegre diversos dos participantes do conclave, entre os quais secre-

tários de Educação, presidentes de Conselhos Estaduais de Educação e observadores de entidades internacionais.

## MINISTRO EM DEBATE COM ESTUDANTES

Aproveitando sua estada em Pôrto Alegre — e convidado que foi por diversas entidades estudantis — o ministro Pedro Aleixo participou, na parte da tarde, de um debate, que deveria versar sobre problemas universitários. Teve ele por local o salão de atos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, prolongando-se das 16h às 18h30m, aproximadamente. Acompanharam o ministro o secretário de Educação do município, prof. Francisco Machado Carrion e o chefe do Gabinete do titular do MEC, prof. Caio Maria. Mas, ao contrário do que tinha sido combinado, praticamente não foram tratados problemas universitários, os estudantes tendo feito quase que unicamente indagações de caráter político, usando mesmo de linguagem bastante livre em suas perguntas e acusações à Revolução. Embora tenso em alguns momentos, desenvolveu-se o debate normalmente, nunca tendo o sr. Pedro Aleixo perdido a calma ou ficado embaraçado, embora certas provocações e descortesias, respondendo a todas as perguntas. (Detalhes sobre o debate à página 10: Casas de Ensino).

O ministro da Educação regressará ao Rio de Janeiro hoje, às 12,30 horas.



### ESCOLA CONFSSIONAL

Dois membros do Conselho Federal de Educação, o reverendo José Borges dos Santos e o padre José Vieira de Vasconcelos, participaram da Mesa Redonda sobre Escola Confessional e Democratização do Ensino, realizada na noite de quarta-feira, na Pontifícia Universidade Católica, sob os auspícios da Federação das Escolas Evangélicas do Brasil (Região Sul) e da Associação de Educação Católica do Rio Grande do Sul. As fotos mostram a mesa diretora, com os dois educadores convidados e o padre José Carlos Nunes, e um aspecto da assistência.

## CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

# Recomendada a elevação do "status" econômico e social do professorado

Com as primeiras votações e a aprovação, também, das primeiras Recomendações, iniciou no dia de ontem, a II Conferência Nacional de Educação, uma nova fase de seus trabalhos. Enquanto continuavam reunidas duas sub-comissões, a fim de preparar os projetos a serem submetidos hoje aos congressistas, o plenário votou e aprovou (com algumas emendas) diversas matérias referentes ao "Treinamento, formação e aperfeiçoamento de professores" (1.º sub-tema).

As Recomendações aprovadas no dia de ontem, em número de 30, dizem respeito à Formação e Aperfeiçoamento de Professores, à Capacidade de Professores Leigos, à Supervisão, à Valorização do Magistério Primário e à Coordenação dos Trabalhos.

### FORMAÇÃO DE PROFESSORES

No que diz respeito à formação e aperfeiçoamento de professores, foram as seguintes as Recomendações aprovadas ontem:

1 — Promover racional distribuição, pelas diversas zonas dos Estados e Territórios, de Escolas Normais voltadas à formação profissional do professor primário, em que toda a comunidade escolar esteja posta a serviço desse objetivo;

2 — Estimular, onde for julgada conveniente e necessário, a transformação progressiva de estabelecimentos de nível médio que mantêm outros cursos além do curso normal em escolas exclusivas de formação do magistério.

3 — Assegurar em Escolas Normais julgadas adequadas, sob o ponto de vista pedagógico e de localização, número de matrículas correspondentes às necessidades da região abrangida pelo raio de alcance do estabelecimento, evitando a capacidade ociosa de tais escolas.

4 — Criar condições, inclusive por meio de um sistema de bolsas de estudo e sob o compromisso de ingresso no magistério, para que jovens, com vocação e aptidão, moradores em áreas carentes de professores, tenham acesso às escolas normais;

5 — Providenciar a organização, em torno de cada Escola Normal, de escolas primárias, de demonstração e prática, inclusive de processos de recuperação de alunos de insuficiente aproveitamento, a fim de garantir aos alunos-mestres, desde o início do curso, oportunidades reais de orientação, tirocínio e comprovação da evocação para o magistério.

6 — Estender, de três para quatro anos, a duração do curso colegial para formação profissional do professor primário, nos Estados e nas zonas em que se verifique superavit de elementos qualificados.

7 — Fixar condições de admissão de professores para as Escolas Normais, realçando, no caso de Metodologia e Prática de Ensino, a necessidade de experiên-

cias mínimas de 3 anos do candidato como professor de ensino primário;

8 — Incentivar a criação, em Institutos de Educação, de cursos de especialização para o ensino de excepcionais;

9 — Promover, em Institutos de Educação, cursos de especialização de administradores escolares como passo essencial para que a direção de escolas primárias seja provida, sistematicamente, por elementos qualificados;

10 — Estimular, como processo contínuo de renovação de ensino, o aperfeiçoamento sistemático dos professores titulados em exercício, notadamente dos que se encontram na regência de classe inicial do ensino primário;

10b — Assegurar aos professores que, designados pelas autoridades competentes nos Estados, obtiveram em cursos de aperfeiçoamento ou especialização, no país ou no estrangeiro, as qualificações necessárias, o exercício das atividades específicas para as quais se preparam.

10c — Promover a criação de estabelecimentos de ensino de grau superior, não apenas incumbido de formar professores para disciplinas específicas do ensino normal como também de preparar pessoal habilitado a inspirar, estimular e orientar movimentos de renovação desse ensino;

11 — Estimular a preparação moral e cívica dos professores, de modo a que possam bem desempenhar a missão de educadores;

### PROFESSORES LEIGOS

Sobre a capacidade de professores leigos, foram aprovadas cinco Recomendações:

12 — Não admitir novos professores leigos, senão quando comprovada a inexistência de titulados, caso em que será dada preferência aos que possuírem melhor qualificação;

13 — Promover e estimular sistematicamente, mediante vantagens, como estabilidade, efetivação, e melhor remuneração, a capacitação profissional aos professores leigos em exercício, a ser desenvolvida por fases seriadas, e preferencialmente nos períodos de férias;

14 — Definir, de modo objetivo, os níveis a serem alcançados pelo processo de capacitação profissional, e fixar, em correspondência com os diferentes graus de instrução de professorado leigo, o número e o conteúdo das sucessivas fases a cumprir;

15 — Ensejar aos concluintes de cursos de formação em regime intensivo de estudos a possibilidade de obtenção de títulos de regentes de ensino primário, mediante a prestação de exames de maturidade de primeiro ciclo;

16 — Promover a instalação de número adequado de Centros de Treinamento do Magistério Primário, integrados no meio físico e social, com capacidade para atender, a curto e médio prazo, à necessidade de: a) — capacitação de professores leigos em exercício; b) — formação intensiva de regentes para o magistério primário; c) — aperfeiçoamento de professores titulados; d) — formação de professores supervisores; e) — formação de professores para os cursos intensivos de preparação pedagógica e habilitação profissional; f) — formação de professores primários, em cursos colegiais normais de caráter experimental, em regime intensivo.

### SUPERVISÃO

Igualmente em número de cinco foram as Resoluções aprovadas sobre a supervisão:

17 — Definir a situação funcional dos professores-supervisores no quadro do magistério primário, estabelecendo as condições de trabalho e de remuneração que garantam o seu aproveitamento regular;

18 — Intensificar a formação de professores-supervisores, e distribuí-los de modo que seja assegurada melhor assistência aos professores leigos;

19 — Estabelecer, como principal diretriz dos esforços de supervisão, que o processo de racionalização das técnicas e de modernização dos métodos empregados no ensino primário seja feito gradativamente, por etapas adequadas às condições de trabalho e aos níveis de preparação dos professores, notadamente em se tratando de docentes leigos;

20 — Articular os serviços de inspeção escolar e de supervisão do ensino, com a delimitação das respectivas áreas de competência;

21 — Promover a avaliação periódica dos resultados obtidos pelos trabalhos de supervisão, com o propósito de identificar eventuais deficiências, erros ou distorções, que importem na necessidade de reexame do conceito da supervisão, de reestruturação do conteúdo dos cursos de formação de supervisores ou de reorganização dos serviços de supervisão".

### VALORIZAÇÃO DO MAGISTERIO

Sobre a valorização do magistério primário, o plenário da Conferência aprovou nove Recomendações de importância:

"22 — Elevar devidamente o status econômico e social do professor primário para que haja maior concorrência de candidatos aos cursos normais;

23 — Organizar sistema de remuneração que estimule a formação de professores e motive o seu ingresso no quadro do magistério, principalmente na área rural;

24 — Instituir níveis de remuneração correspondentes aos diferentes graus de qualificação dos docentes, tomando como base os critérios indicados no Plano Nacional de Educação;

25 — Evitar a desercão da carreira do magistério para atividades mais rendosas, mediante estímulos de ordem econômica, profissional e cultural;

26 — Estimular as comunidades rurais a prestarem assistência ao professor primário de modo que se lhe assegure integração no meio e melhores condições de trabalho;

26b — Promover medidas capazes de estimular a fixação do professor titulado nas escolas rurais;

27 — Estabelecer adicionais de remuneração, realmente significativos, como forma de evitar que aspirações do progresso material levem bons professores primários a procurarem cargos ou funções no magistério de outro grau ou na administração escolar;

28 — Conferir, sempre que possível, a regência remunerada de classes de ensino supletivo, principalmente na área rural, aos próprios professores de ensino primário comum da localidade, como meio de melhoria de seus proventos;

29 — Promover estudos que visem, em cada sistema de ensino, à elaboração do respectivo Estatuto dos Deveres e Direitos do Magistério Primário, com objetivo de contribuir para a crescente profissionalização e elevação social da função docente, ouvidos os órgãos de representação da classe.

### COORDENAÇÃO

Finalmente, uma última Recomendação disse respeito à coordenação dos trabalhos:

"30 — Conferir, em cada sistema de ensino, e órgãos especializados, a coordenação geral das medidas relativas ao recrutamento, à preparação e ao aperfeiçoamento do magistério primário, inclusive daquelas referentes à supervisão do ensino".

### INSTRUÇÕES SOBRE CONVENIOS

Estiveram reunidos ontem com o sr. Celso Kelly, diretor-geral do Departamento Nacional de Educação do Ministério de Educação e Cultura, os secretários de Educação presentes à II Conferência Nacional de Educação. Na ocasião receberam instruções de como proceder em convênios com o Estado e Prefeituras para construção e aparelhamento de Escolas e possibilidade na obtenção de um canal de TV, com fins educativos e com financiamento a longo prazo. Solicitou, ainda, o sr. Celso Kelly, que os secretários, com a maior brevidade, enviassem todas as suas reivindicações ao MEC.

### APRESENTAÇÃO FOLCLÓRICA

Durante o churrasco oficial que o governo do Estado oferece hoje à noite aos participantes da II Conferência Nacional de Educação, e que se realizará na sede Campestre do Clube Farrapos, no Cristal, a Escola Gaúcha de Folclore, pertencente ao Instituto de Folclore do Departamento de Ciência e Cultura da SEC, se apresentará ao público, pela primeira vez, com as danças tradicionais do Rio Grande do Sul. Esta apresentação estará a cargo de alunos, pertencentes ao 1.º e 2.º anos da Escola de Música e Canto.

As danças serão apresentadas pelo prof. Antônio Augusto Fagundes, titular das cadeiras de Indumentária Gaúcha e de Danças Folclóricas do Rio Grande do Sul.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

# Preconizada Revisão Total de Métodos na Formação de Professores Primários

Através de reuniões de subcomissões e em sessões plenárias, prosseguiram ontem, em ritmo intensivo, durante todo o dia, os trabalhos da II Conferência Nacional de Educação, que se desenvolverá até o próximo dia 30, nas dependências da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Dentre as mais importantes intervenções do dia, esteve a do prof. Abgar Renault, vice-presidente do Conselho Federal de Educação. Sustentou ele que a solução para o problema educacional brasileiro há de vir forçosamente por meio de processos revolucionários, que abrangam revisão total dos métodos de formação de professores primários e a implantação de recursos tecnológicos na escola. Para tal fim

deverá ser elevado o limite de idade para ingresso nos cursos de preparação de professores, realização e incremento de cursos regulares e de emergência, instituído o regime de internato e a consagração exclusiva das escolas normais à preparação de professores, o curso ginásial sendo ministrado em outras casas de educação.

No que se refere a processos tecnológicos, recomendou o prof. Renault ampla utilização de recursos audiovisuais e experimentação do "programed teaching" ou "programed learning", como poderoso elemento multiplicador dos esforços dos docentes. O Brasil, segundo ele está em condições de realizar alguma coisa no que concerne ao ensino, se na grande máquina social forem postos em funcionamento, "sincrônica e sinérgicamente", todos os instrumentos que se acham ao seu alcance.

**ENSINO INDUSTRIAL**

O prof. Armand Hildebrand, diretor do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura, em outra importante intervenção ressaltou ao plenário da II Conferência Nacional de Educação, a necessidade de ser intensificada a formação de técnicos para a indústria, assinalando que o crescimento da produção industrial em nosso país, segundo as últimas estatísticas do Conselho Nacional de Economia, foi de 87%, no período de 1955 a 1960. Lembrou que, pela falta de técnicos de nível médio, os engenheiros, que já são escassos no Brasil, estão exercendo, na realidade, as funções daqueles, enquanto que profissionais sem preparação ascendem à posição de técnicos, para suprir as lacunas nesse nível intermediário da mão de obra industrial. As estatísticas também demonstram que a proporção de engenheiros por milhão de habitantes, no Brasil, não ultrapassa a média de 500, enquanto que alguns países industrializados atingem até 4.000. Por isto, entende o prof. Hildebrand que, "tão importante como ampliar a capacidade de matrículas das escolas de engenharia é intensificar a formação de técnicos industriais, especialmente para os setores mais correntes, como os de projeto de fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos, projeto e fabricação de equipamentos elétricos e metalurgia.

**ALIANÇA PARA O PROGRESSO**

Disse, por outro lado, o representante da USAID, sr. Rossion Cardwell, que os técnicos americanos trabalham em estreita cooperação com os técnicos brasileiros, ao mesmo tempo que a maioria dos projetos prevê a ida de bolsistas aos EE.UU. para treinamento avançado. E' com grande satisfação que a USAID constata a presença de vários ex-bolsistas em posição de alto nível, provando assim um dos pontos altos do programa de cooperação. Disse mais, que projetos em ensino técnico e vocacional, planejamento de educação, publicações de textos didáticos, novas práticas agrícolas, planejamento para desenvolvimento econômico, assistência a cooperativas e projetos de habitação, sistemas de água e esgôto, saúde pública, são outros setores em que a USAID tem colaborado. Os programas de educação no Nordeste são outro exemplo que não poderia a USAID deixar de mencionar. Em colaboração com o MEC, a SUDENE e dez Estados, uma ampla rede de centros de treinamento de supervisores está sendo desenvolvida, aumentando o número e a eficiência de professores primários na região.

**FALTA DE ESCOLAS**

O sr. Moacir Veloso, vice-presidente da União Nacional das Associações Famílias afirmou:

"Uma sugestão quero fazer, no tocante à deficiência numérica de unidades escolares. Se é certo que se impõe o aceleramento de novas construções, para supri-las, poder-se-á, não obstante, no entretanto, utilizar em regime de cooperação, como emergência, a forma de convênios informais com outras entidades, particulares ou públicas, tais como associações, clubes, fábricas, colégios de grau médio, para a instalação, nas horas disponíveis, de unidades-classe e outras complementares, para o ensino primário, sobretudo para a relevante "alfabetização funcional de adultos". Outro ponto, que é também de ser destacado, como imperativo essencial ao desenvolvimento do ensino primário é a programação conjunta de todas as áreas, federal, estadual, municipal, pública e particular, de modo a evitar a dispersão de esforços, antes reuni-los, juntar experiências, coordenar atividades, visar a metas comuns, num planejamento nacional, único capaz de atingir o mesmo nível elevado de desenvolvimento. A integração dos orçamentos é parte fundamental, outrossim, de modo a que seja assegurada a efetiva e equilibrada distribuição de verbas.

**DISTRIBUIÇÃO DE VERBAS FEDERAIS**

Após fazer breve exposição a respeito do ensino primário na Guanabara, D. Lourenço de Almeida Prado, representante do secretário de Educação daquele Estado, protestou contra o critério adotado pelo governo federal para a distribuição de verbas destinadas ao ensino primário, salientando que a Guanabara, pelo seu esforço de escolarizar todas as crianças de 6 a 14 anos, foi "castigada", com a dedução drástica na quota a ela destinada. Explicando que falava em nome das crianças cariocas, D. Lourenço declarou à mesa diretora da II Conferência Nacional de Educação: "O critério adotado para a distribuição da verba pelos Estados — proporcional quase que exclusivamente ao déficit escolar — parece-nos injusto para essas crianças. Se conseguimos, graças a Deus, extinguir na Guanabara as filas às portas das escolas, não temos a presunção nem a ingenuidade de pensar que esteja satisfatoriamente solucionado o problema escolar do Estado. Há um déficit mais sutil, relacionado com a qualidade da educação e com a necessidade alertada da população e que não pode ser desconhecido. Parece-nos pouco justo que o esforço educacional da Guanabara, para evitar a criança inteiramente privada da escola, tenha trazido para ela o castigo de receber menos de 1% da verba destinada aos Estados. Embora melhor equivoada no que se refere à verba decorrente do salário-educação, ousamos pedir uma revisão do critério de distribuição daquela verba, em bases mais equitativas".

**ASSESSORES EDUCACIONAIS**

O representante do Conselho Estadual de Educação do Distrito Federal, prof. Gildo Villadino, propôs à Conferência de Educação, diversas medidas que receberam apoio de maioria dos convenionais. Em sua moção, o prof. Villadino propôs recomendar-se a formação e o aperfeiçoamento de assessorias para os secretários de Educação, mediante a criação de centros de pesquisas e planejamento ou ampliação de seus quadros, onde já existiam tais centros; estímulo à formação de pesquisas e planejamentos, através de seminários e cursos intensivos; sua implantação, dentro dos limites geográficos da própria unidade de federação; aproveitamento de pessoas qualificadas solicitando a ajuda de profissionais dos três níveis de educação. Sugeriu a criação de alguns cursos e o estímulo de intercâmbio entre especialistas em problemas de ma-

cro-educação, nas diferentes unidades da Federação.

**ENSINO COMERCIAL**

A assistência técnica de supervisão do ensino comercial é tarefa que preocupa a Diretoria do Ensino Comercial do MEC, conforme disse ontem o seu representante na Conferência, prof. Rubens Patista Oliveira, que fez um relato sobre esse ramo do ensino, referindo-se à instalação de centros de formação e o treinamento pedagógico, realização de cursos de emergência e seminários de estudos, trabalhos de pesquisas que permitam o isolamento científico do esforço da produção e utilização de recursos audiovisuais, além de outros temas. afirmou que a Diretoria procura transformar sua unidade escolar no Rio em centro experimental de formação de professores e coordenadores desse ensino.

**O PAPEL DA UNESCO**

Falando perante a Conferência, o representante da UNESCO lembrou a colaboração que esta entidade vem prestando à educação no setor do ensino primário. Assim, a UNESCO vem de colocar à disposição do INEP um grupo de peritos que poderá, supletivamente, auxiliar os Estados da União e racionalizar e desenvolver seus sistemas de ensino; a formação e o aperfeiçoamento do pessoal docente constitui também uma das preocupações da UNESCO, e é o objetivo essencial do Projeto Maior sobre o Melhoramento e a Extensão do Ensino Primário na América Latina, que deverá terminar este ano. afirmou ainda o representante da UNESCO que esta organização está em condições de participar, todos os anos, na formação de milhares de quadros de ensino primário (administradores, diretores de escolas, professores de escolas normais, supervisores, inspetores), tanto no quadro das Escolas Normais superiores, como por meio dos cursos de aperfeiçoamento. Um projeto desse gênero está atualmente em andamento em alguns Estados do Brasil e está previsto, em princípio, e sua extensão a novas categorias de especialistas do ensino primário até 1970. A UNESCO coopera igualmente nas operações de distribuição de produtos alimentícios a escolares, estando da mesma forma em seu programa a questão das construções escolares.

**SITUAÇÃO DE PORTO ALEGRE**

Em intervenção proferida na tarde de ontem, o prof. Francisco Machado Carrion, Secretário de Educação do Município, esclareceu convênios firmados entre aquela pasta e o Governo do Estado. E o seguinte o teor da intervenção do prof. Carrion: "Em face de convênios firmados entre a Prefeitura e o Governo do Estado, cabe à Prefeitura Municipal a construção de todos os prédios de ensino primário da capital, enquanto que o Estado ficará encarregado de ministrar o ensino nos mesmos. Após a assinatura deste convênio, a Prefeitura já entregou cerca de... 1.200 salas de aula. Os termos em que foi assinado o convênio, facilitam sobremaneira o entrosamento entre as duas esferas administrativas, no interesse do ensino e permite ao município orientar as construções escolares no interesse das necessidades mais urgentes. A Prefeitura ministra o ensino, preferencialmente nas Vilas Populares, enquanto que seus ginásios estão sendo dirigidos para o trabalho, dando aos alunos ensino técnico ou comercial. Em virtude dos alunos das Vilas Populares, usualmente, não continuarem seus estudos além do primário, a Prefeitura oferece-lhes cursos isolados, rápidos, de mecânica, eletricidade, construção de casas, pintura, etc. Todo esse planejamento obedeceu a um prévio estudo sócio-econômico da capital, bem como das solicitações e ofertas de emprego. A Prefeitura tem fábricas próprias para construção dos aparelhos das praças de recreação pública, que visam o atendimento da infância e dos adolescentes. No auditório eo ar livre da capital, a Divisão de Cultura da Prefeitura encenou óperas e outros espetáculos de caráter popular, que obtiveram de parte da população, o mais vivo interesse". Terminando, o prof. Francisco Carrion convidou os membros da Conferência a comparecerem à Exposição da Prefeitura, no saguão da Reitoria da UFRGS, onde poderão observar os trabalhos realizados na capital.

**HORA ARTISTICA**

Em homenagem aos participantes da II Conferência Nacional de Educação a Secretaria de Educação e Cultura do Estado fará realizar hoje, às 17.30 horas, uma Hora Artística, da qual participarão as seguintes escolas:

Instituto de Educação "General Flores da Cunha", I. E. "Oiavo Bilac", Esc. Experimental "Dom Diogo de Souza", Colégio Estadual "Pio XII", Esc. Normal 1.º de Maio, Esc. Normal "N. S.ª da Glória", GE "Luiziana de Abreu", GE "Souza Lobo".

O programa recebeu a orientação da Divisão de Educação Artística da SEC, estando incluída no mesmo uma Banda Orfeônica a ser interpretada por todos os conjuntos componentes de apresentação. Foram as ilustrações dos programas elaboradas por alunos dos Grupos Escolares da capital.

**PROF. PASQUALE EM TELE-UNIVERSIDADE**

Estará hoje, quinta-feira, às 23 horas, na TV Piratini, falando sobre o tema "II Conferência Nacional de Educação", o prof. Carlos Pasquale, diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Sua apresentação será feita no programa "Tele-Universidade", do Instituto Social Cristão de Reforma de Estruturas (ISCRE).



### SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO CONFRATERNIZAM

Em iniciativa do secretário de Educação do Ceará, sr. Jader de Figueiredo Corrêa, reuniram-se quinta-feira à noite, em um jantar de confraternização, na Taberna Gaúcha, todos os secretários de Educação do Norte e Nordeste do país, ora participando da II Conferência Nacional de Educação. Convidados especialmente, participaram, da mesma forma, do referido jantar

— no qual os secretários provaram a comida e ouviram a música típica gaúcha — os titulares das Pastas de Educação do Rio Grande do Sul e do Paraná, além de diversos jornalistas. O jantar transcorreu animadamente e num ambiente de amizade, tendo vários oradores se feito ouvir, notando os traços que unem Norte e Sul do Brasil. A foto registra um flagrante do

### APROVADAS 20 RECOMENDAÇÕES

## Conferência Nacional de Educação ocupa-se de prédios escolares

Após cinco dias de trabalho intensivo, será encerrada hoje pela manhã a II Conferência Nacional de Educação, iniciada terça-feira última com o objetivo específico de tratar do "Desenvolvimento do ensino primário". Antes da sessão final deverá ser discutido o tema, bem como o local da III Conferência, a ser levada a efeito em 1967. São estes os únicos assuntos a serem tratados ainda pelos participantes do conclave, eis que no dia de ontem foram praticamente encerradas as votações, sendo aprovadas mais 20 Recomendações, a cerca da "Construção e equipamento de escolas", que constituem o 2.º subtema da Conferência.

#### RECOMENDAÇÕES

Foram as seguintes as Recomendações aprovadas ontem pelo Plenário da Conferência:

1) Deve constituir providência preliminar, essencial a todo programa de construções escolares, o levantamento dos prédios e equipamentos utilizados e disponíveis, urbanos e rurais, oficiais e particulares, e suas condições atuais de utilização e conservação, com o objetivo de: a) — organizar o cadastro; b) — determinar o déficit; c) — elaborar mapas de localização; d) — estabelecer escalas de prioridades.

2) A determinação do déficit, estabelecido pelo confronto da capacidade da rede de prédios existentes com as metas de matrícula do Plano Nacional de Educação, deverá expressar o número de salas de aula a construir e a reparar a curto e a médio prazo.

3) A determinação do déficit de salas de aula levará em conta a possibilidade de aproveitar, desde logo, a capacidade total da rede existente, pelo remanejamento da localização das unidades de ensino ou pela redistribuição dos alunos, visando a alcançar o máximo recomendável de matrículas por classe.

4) Os mapas de localização deverão representar, em áreas urbanas e rurais, dos municípios ou setores de municípios:

a) — escolas existentes e prédios a construir, ampliar, substituir, reparar e equipar, com a indicação, em cada caso, do número de salas de aula, população em idade escolar compreendida em seu raio, de alcance, possibilidade de aproveitamento em um ou dois turnos diários e capacidade máxima de matrículas;

b) — delimitação das áreas que, pelas condições do terreno e de vizinhança, são contraindicadas para a construção de escola;

c) — indicação das prioridades do programa de construção, estabelecidas de acordo com as áreas de maior densidade de população não escolarizada, ou de maior crescimento, em função de planos de desenvolvimento econômico e social.

5) No sentido de obviar futuras dificuldades deverão ser reservadas, nos arruamentos já existentes e nos futuros loteamentos, áreas para construções de escolas que atendam, entre outras, as seguintes condições:

a) — localização a que a população escolar tenha acesso fácil e seguro;

b) — dimensões adequadas para permitir a construção de prédio com capacidade para acolher o número de matrículas previstas dentro do respectivo raio de alcance e áreas livres adequadas;

c) — superfície plana, ou ligeiramente inclinada, e subsolo que permita fundações econômicas;

d) — afastamento de locais ou prédios em que se desenvolvem atividades que possam, de qualquer modo, afetar o ensino, a saída ou a segurança da população escolar;

e) — disponibilidade de água potável.

6) Devem ser organizados, através da colaboração de arquitetos e educadores, programas-padrões de tipos de prédios escolares que correspondam à natureza do trabalho educativo, à demanda de matrícula e à possibilidade de ampliação futura.

7) Os vários tipos de programas-padrão deverão definir a relação "área construída por aluno", elemento imprescindível não apenas para proporcionalizar o adequado dimensionamento das áreas reservadas ao trabalho educativo, das dependências complementares e da obra no seu conjunto, como, também, para permitir a determinação do custo por sala de aula e a previsão dos investimentos correspondentes à execução do programa de construções.

8) Os programas-padrão deverão ser acompanhados de normas técnicas pertinentes à orientação, número de pavimentos, superfícies de iluminação e ventilação, e, bem assim, com vistas ao aspecto do prédio e à facilidade de sua conservação, das especificações relativas aos elementos constitutivos da construção (principalmente a esquadrias, instalações, aparelhos, ferragens, pisos e revestimentos).

9) Os programas-padrão e os projetos correspondentes devem abranger o complexo de pavilhões e instalações de que o prédio escolar necessita para o ideal atendimento dos objetivos pedagógicos e sociais da escola, ainda que a insuficiência de recursos para eliminação do déficit de salas de aula possa justificar e recomendar a execução parcelada, por etapas, de cada obra.

10) A vista dos recursos dis-

poníveis e do volume dos investimentos a fazer devem ser organizados programas anuais de construções, em correspondência com as escalas de prioridades.

11) Os projetos devem atender aos critérios de prioridade, tanto da estrutura do prédio, como dos elementos constitutivos da construção, com o objetivo de, racionalizando a execução da obra, permitir a execução de elementos estandardizados de produção em série, custo reduzido, facilidade de aplicação e rapidez de colocação.

12) Os projetos devem ser acompanhados do respectivo programa de execução, com a indicação dos trabalhos compreendidos, as unidades de tempo necessárias à execução, e a forma de articulá-los para evitar as interferências ou interrupções de serviço.

13) As condições de funcionamento de prédios escolares, construídos de conformidade com projetos arquitetônicos, elaborados à base de programas-padrão, deverão ser observadas e testadas com vistas à correção de inadequações de programas, defeitos de projetos, especificações ou de execução.

14) O programa de equipamentos escolares deve ser elaborado e desenvolvido paralelamente ao das construções, visando à facilidade de adaptação aos vários tipos de projetos, o aproveitamento flexível das áreas reservadas às atividades educativas e à adequação às diversas técnicas de ensino.

15) Ao programa de construções escolares, desde a escolha de terreno e elaboração do projeto, inclusive especificações dos materiais, deve estar sempre presente a preocupação de facilidade, baixo custo e sistematização dos trabalhos de conservação do edifício, instalações e equipamentos, inclusive das áreas livres.

16) As comunidades deverão ser estimuladas a colaborar e a participar de todas as formas na solução do problema do prédio escolar, inclusive na sua conservação.

17) No propósito de acelerar a eliminação do déficit de salas de aula e de poupar, ao mesmo tempo, dotações orçamentárias já escassas para atender a manutenção dos sistemas de ensino faz-se imprescindível a obtenção de recursos, tanto nacionais como externos, para o financiamento de programas adequados às contingências.

18) Os Fundos Comuns de Financiamento de Programas de Construções Escolares, previstos pelo Plano Nacional de Educação, devem constituir um ponto de partida para o estabelecimento de uma política de financiamento de programas de construções escolares.

19) Constituição de um grupo de Desenvolvimento das Construções Escolares, de composição interadministrativa, integrado por educadores, engenheiros, arquitetos, economistas e sociólogos que tenham comprovada experiência e conhecimento da matéria, com a finalidade de realizar estudos e pesquisas sobre as Construções Escolares aos seus vários aspectos, nos níveis primário e médio, e prestar assistência técnica aos Estados e Municípios que o solicitarem. Esta assistência poderá abranger: a — preparação e realização de levantamentos de prédios e equipamentos; b — determinação dos déficits; c — elaboração de mapas de localização; d — organização do cadastro dos prédios escolares; e — estabelecimento de escalas de prioridades; f — organização dos programas de obras e previsão dos investimentos; g — elaboração de programas-padrão de prédios escolares; h — determinação de normas pedagógicas e técnicas; i — avaliação dos programas de construção e de prédios construídos, segundo projetos arquitetônicos feitos à base dos programas-padrão; j — definição de critérios de modulação das estruturas e dos elementos constitutivos de construção; k — técnicas de elaboração dos programas de execução das obras e casos especiais de execução; l — seleção de terrenos adequados para a construção de escolas; m — elaboração de listas e equipamento para os diferentes tipos de espaços educativos e complementares; n — preparação de programas de manutenção; o — aperfeiçoamento e treinamento de pessoal técnico; p — preparação, instrução e acompanhamento de processos de pedidos de financiamento nacional ou internacional.

20) O Grupo Nacional para Desenvolvimento das Construções Escolares articular-se-á, mediante convênio, com o Centro Regional de Construções Escolares para América Latina (CONESCAL) e outros organismos nacionais ou estrangeiros que já reúnam experiência sobre a matéria.

### Forum examina estatuto do Magistério

RIO, 29 (CP) — O ministro da Educação presidiu, esta manhã, a abertura da sessão extraordinária do Forum Universitário, destinado a examinar o Estatuto do Magistério Superior. Na oportunidade, o ministro Pedro Aleixo designou o professor Aluísio Pimenta, da Universidade Federal de Minas Gerais, para presidente do Forum, que terá prosseguimento nos próximos dias no auditório do Ministério da Educação.

ESTÁ À VENDA O LIVRO

## "Histórias de nossa História"

de Archymedes Fortini

Pedidos à

GRAFIPEL — Gráfica Papelaria Andradas

Rua Demétrio Ribeiro n.º 1020 (entre Av. Borges e Rua Espírito Santo)

PREÇO DO EXEMPLAR — Cr\$ 2.800

Pôrto Alegre

## CENTRO DE REABILITAÇÃO DE PÔRTO ALEGRE

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente edital convocamos os srs. associados do Centro de Reabilitação de Pôrto Alegre, para a Assembléia Geral Extraordinária a realizar-se na sede social deste Centro, à Rua Brigadeiro Oliveira Nery, 115, nesta Capital, às 20 horas do dia 30 de maio de 1966.

ORDEM DO DIA:

- 1) Reforma dos Estatutos Sociais
- 2) Assuntos diversos.

Pôrto Alegre, 30 de abril de 1966.

A DIREÇÃO